

## GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

**Febraban: sem investigação, não se pode associar concessão de consignado INSS a fraudes**

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirma que não é possível relacionar diretamente o aumento da quantidade de concessões de crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao crescimento das fraudes, com operações feitas sem autorização dos titulares dos benefícios.

"Qualquer reclamação de empréstimo consignado não autorizado deve ser imediatamente apurada pelas instituições financeiras associadas à Febraban", diz a entidade, em nota. "Mas, sem uma investigação de todas as operações de consignado efetivamente não solicitadas, não há como concluir que o total das concessões por ano possam estar correlacionadas com o montante das operações não autorizadas."

De acordo com a Febraban, notícias da imprensa apontam para um crescimento das concessões em 2023 que estaria relacionado a irregularidades. Naquele ano, de acordo com a entidade, foram 23,3 milhões de operações de consignado do INSS, em um desembolso total de R\$ 79 bilhões. No entanto, o volume de reclamações por empréstimos não autorizados foi de 9.648, ou 0,04% do total de operações.

A Polícia Federal (PF) acredita que o auditor fiscal de Renatas Ricardo Catunda do Nascimento Guedes tenha alertado empresários sobre operações de fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Procurado pelo Estadão, o advogado Luciano Santoro, que representa o fiscal, informou que o auditor "nega veementemente a violação de sigilo funcional e/ou a prática de qualquer ato de corrupção".

Catunda está afastado das funções por suspeita de corrupção. Ele teria cobrado propinas para livrar empresas de inspeções e favorecer empresários

em processos administrativos. O auditor também teria vendido informações sigilosas de processos, agindo como uma espécie de informante de empresários aliados - ele ainda teria usado a própria mulher como "laranja" para recebimento de propinas por meio de uma empresa dela.

O vazamento de operações aconteceu nesse contexto, segundo a Polícia Federal.

O celular do auditor foi apreendido na Operação Barão de Itararé. Os investigadores descobriram que, em pelo menos duas ocasiões, ele vazou ofensivas programadas pela Secretaria da Fazenda.

Em uma conversa no WhatsApp, em outubro de 2019, Catunda avisou um empresário que estava prevista uma inspeção para verificar créditos inidôneos de outros Estados. "Se tem comprovante de operação, transporte, de pagamento, etc (boa fó),", explica na mensagem.

O auditor informa, inclusive, os nomes das empresas que seriam alvo da ofensiva e o horário da batida. "Vão estar lá às 9h. Entregar notificação", antecipa.

O empresário pede ajuda para "frear" a operação. "Me ajuda aí. Vê se dá pra vim algum amigo e ser tranquilo ou não

vim ninguém (sic). Fazer muita baixa e segue a vida". Dias depois, o empresário afirma que o "mercado está pegando fogo, todo mundo com fiscal na empresa". "Cuida das nossas lá", completa o empresário.

O auditor também alertou sobre uma operação programada no setor de combustíveis na região do ABC paulista. "Se conhecer alguém, melhor sondar."

A Polícia Federal suspeita que as informações foram repassadas em troca de propinas. Segundo os investigadores, convites para "cafés", "almoços" e "confraternizações" eram as senhas para entrega de dinheiro.

**Baía de Guanabara recebe 3 milhões de litros de chorume por dia**

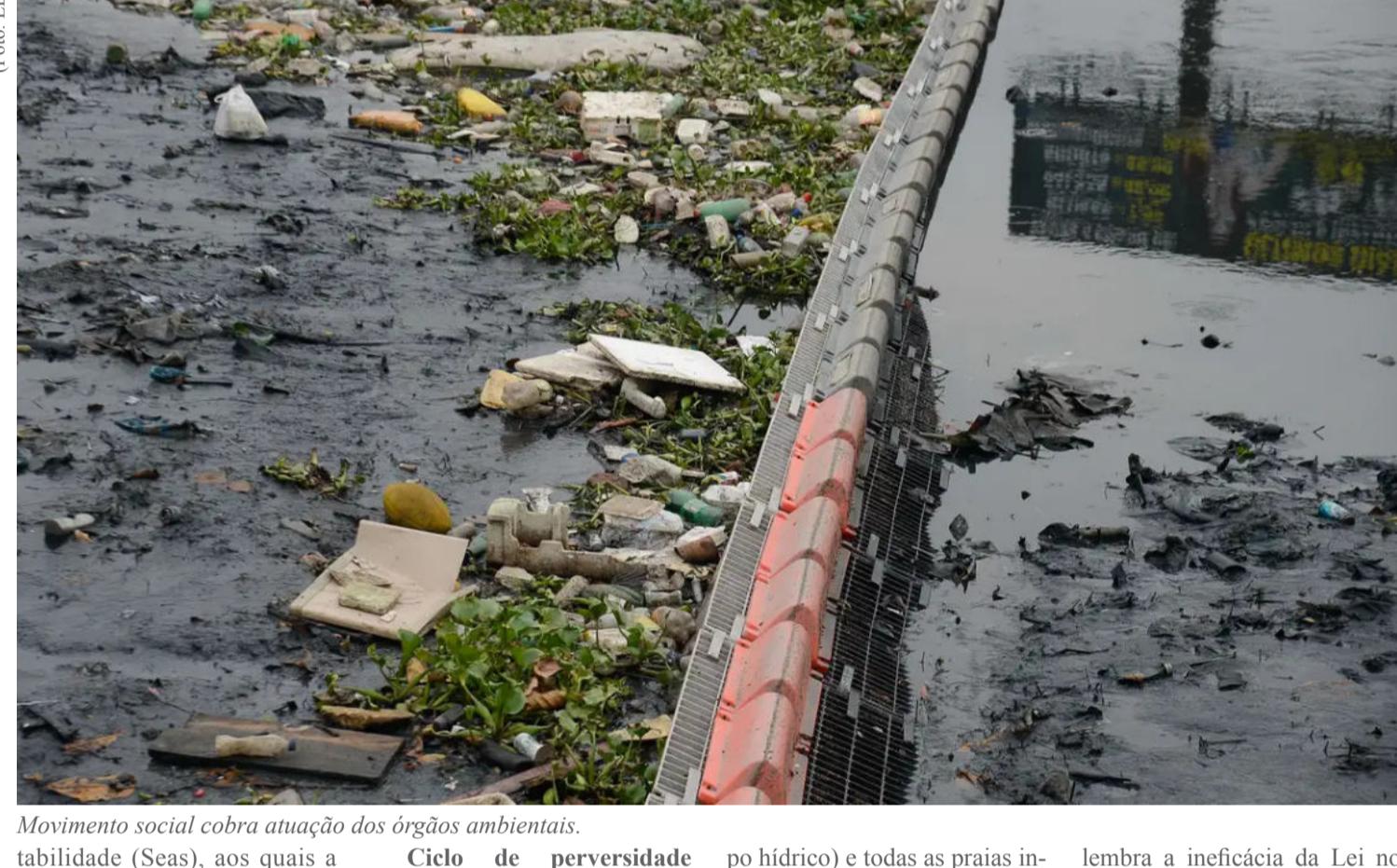
Cerca de 1 bilhão de litros de chorume são despejados na Baía de Guanabara por ano. Diariamente, 3 milhões de litros do resíduo líquido, formando a partir da decomposição de matéria orgânica presente no lixo doméstico, são descartados indevidamente na baía oceânica que abrange 12 municípios do estado do Rio de Janeiro.

Os dados foram divulgados pelo movimento social Baía Viva, que cobra a atuação dos órgãos ambientais contra a contaminação.

"Estamos vivendo a chama da crise do chorume não tratado no estado do Rio de Janeiro", declara o fundador do Baía Viva, Sérgio Ricardo Potiguara. Segundo ele, que é o mestre em ciências ambientais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), além do volumoso despejo de chorume não tratado na baía, um dos cartões-postais do Rio de Janeiro, há ainda cerca de 500 milhões de litros do resíduo líquido estocados ou armazenados de forma precária.

"A região metropolitana do Rio de Janeiro, que tem 22 municípios, produz aproximadamente 6 mil litros diários de chorume, sendo que só o lixo de Gramacho, no bairro de Jardim Gramacho, produz 3 mil litros, ou seja, 50%. Tudo isso dá 1 bilhão de litros que vão parar na baía por ano", calcula Potiguara.

Em ofícios enviados ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas), aos quais a Agência Brasil teve acesso, o movimento Baía Viva denuncia a poluição das águas da Baía de Guanabara, dos manguezais e dos territórios pesqueiros, assim como o adoecimento de pescadores artesanais e caranguejeiros. Nos documentos, a organização também aponta a extinção da biodiversidade marinha da baía e os prejuízos socioeconômicos.



Movimento social cobra atuação dos órgãos ambientais.

**Ciclo de perversidade** - "Os pescadores da Baía de Guanabara nesses trechos mais contaminados estão classificados como em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar, então há esse ciclo de perversidade em torno da degradação ambiental, pobreza e insegurança alimentar que é um verdadeiro 'coquetel de problemas'. Isso afeta o turismo, a pesca, a balneabilidade (qualidade da água de um cor-

po hídrico) e todas as praias interiores da Baía de Guanabara, que se tornam impróprias para banho", diz Potiguara.

Conforme o professor do Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Adacto Ottoni, é difícil estimar o volume de chorume despejado na Baía de Guanabara, devido à existência de diversas fontes. À Agência Brasil, o pesquisador

lembra a ineficácia da Lei no 12.305, promulgada em 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Para ele, a lei deveria ter aperfeiçoado as sanções penais a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

"Existe outro aspecto também muito importante, porque às vezes o monitoramento ambiental para comprovar esse dado é deficiente", acrescenta o professor, acrescentando que

o órgão ambiental deve fazer coletas de amostras d'água para avaliar a poluição da Baía de Guanabara durante e maré baixa, quando a água atinge seu nível mais baixo.

"É a hora que você tem que coletar amostras para saber a concentração real da poluição, que inclui o esgoto sanitário, industrial e chorume que desce pela Baía. Se as amostras são coletadas na maré média e na maré alta, a água do mar dilui o esgoto, então dá uma concentração menor, parecendo que a Baía de Guanabara está com boa qualidade de água", explica.

**Poluição sem fim** - Além da lei, Ottoni também destaca a execução do Programa Nacional Lixão Zero, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) que prevê a eliminação dos lixões no Brasil e a destinação adequada dos resíduos sólidos, como estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Dessa forma, o programa propõe aterros sanitários, reciclagem, logística reversa e tratamento de resíduos como medidas para reduzir o impacto ambiental. "Então vamos acabar com a poluição do chorume? Não, não vamos acabar. Esse é o grande problema. Com essa política, você continua descartando, mas em vez de ser no lixão, é no aterro sanitário", critica o acadêmico, já que mesmo nos lixões desativados, o lixo continua no local, acumulando poluentes e matéria orgânica que continuam vazando para a natureza.

**Preta Gil recebe alta hospitalar e Gilberto Gil comemora: 'De volta em casa'**

Preta Gil recebeu alta hospitalar. A notícia foi revelada por seu pai, Gilberto Gil, na manhã de quarta-feira, 7, em suas redes sociais. Na foto, o cantor aparece ao lado da filha e da mulher, Flora Gil. "Preta de volta em casa", escreveu na legenda da publi-

cação. Nos comentários, fãs, amigos e seguidores celebraram a conquista de Preta Gil. "Amém", escreveu Giovanna Ewbank. "Nosso amor", disse Flora Gil. "A carinha de Gil de preocupado, emocionado, aliviado", apontou uma internauta. No mês pas-

sado, a cantora ficou internada no Hospital Sírio-Libânes e recebeu alta no dia 16. No dia 26, ela participou de um show de Gilberto Gil em São Paulo. Em maio, foi internada novamente, mas sem revelar o motivo específico da internação.

**Lula sanciona lei que obriga cirurgia de lábio leporino no SUS**

O presidente Lula sancionou a lei que obriga a oferta de cirurgia reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina no Sistema Único de Saúde (SUS). O texto, publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira (7), prevê ainda o tratamento pós-cirúrgico, abrangendo serviços de fonoaudiologia, psicologia, ortodontia e outros necessários para a recuperação integral do paciente. A nova lei também ampara os recém-nascidos. "Quando o lábio leporino for diagnosticado no pré-natal ou após o nascimento, o recém-nascido será encaminhado imediatamente a centro especializado para iniciar o acompanhamento clínico e para programar a cirurgia reparadora", diz a Lei nº 15.133/2025. Caso o paciente necessite de reeducação oral, deverá ser disponibilizado, gratuitamente, fonoaudiólogo para auxiliá-lo nos exercícios de sucção e de mastigação e no desenvolvimento da fala. Além disso, ele poderá ser assistido, sem custos, por um ortodontista, a quem caberá decidir sobre implante dentário e adoção de aparelhos ortodônticos no tratamento.

**Quase 60 milhões vivem em cidades com desenvolvimento baixo ou crítico**

Estudo divulgado ontem (8) pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mostra que 47,3% dos municípios do país tinham Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) baixo ou crítico, em 2023. Cerca de 57 milhões de pessoas viviam nesses locais, de acordo com o levantamento.

A pesquisa mostra que 4,5% dos municípios tinham IFDM crítico e 42,8%, IFDM baixo. Por outro lado, 48,1% tinham IFDM moderado e 4,6%, IFDM alto.

A mesma pesquisa mostra, no entanto, que, em uma década, houve.

Em 2013, 36% dos municípios estavam na categoria de IFDM crítico e 41,4% em

IFDM baixo, que reuniam, juntos, 103,8 milhões de habitantes. Aqueles com IFDM moderado eram 22,4% e aqueles com IFDM alto, 0,2%.

Para calcular o IFDM, o estudo leva em consideração indicadores de emprego e renda, saúde e educação em cada município brasileiro. A pontuação varia de 0,000 a 1,000.

Os critérios, portanto, são diferentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pela Organização das Nações Unidas e divulgado nesta terça-feira (6).

A Firjan considera indicadores como mercado de trabalho formal, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, diversidade econômica, taxa de pobreza,

educação integral, abandono escolar, educação infantil, formação docente, gravidez na adolescência, óbitos infantis, cobertura vacinal, internações sensíveis à atenção básica e ao saneamento.

Para calcular o IFDM, o estudo leva em consideração indicadores de emprego e renda, saúde e educação em cada município brasileiro. A pontuação varia de 0,000 a 1,000.

O critério, portanto, são diferentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pela Organização das Nações Unidas e divulgado nesta terça-feira (6).

A Firjan considera indicadores como mercado de trabalho formal, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, diversidade econômica, taxa de pobreza,

**Após morte de passageiro, ViaMobilidade diz que vai instalar sensores de presença entre portas**

A ViaMobilidade, concessionária responsável pela Linha 5-Lilás do Metrô, afirma que trabalha para instalar sensores de presença no vão entre a porta e os vagões após a morte de um passageiro nessa terça-feira, 6, na Estação Campo Limpo, zona sul de São Paulo.

Lourivaldo Ferreira da Silva Nepomuceno, de 35 anos, era casado e tinha dois filhos. A Polícia Civil investiga o caso. Procurada sobre as medidas cobradas das concessionárias na rede metroferroviária, a Secretaria de Parcerias e Investimentos, que administra as concessões, e a

Secretaria de Transportes Metropolitanos ainda não se manifestaram. "Esta tecnologia é muito recente e seu uso no mundo ainda é uma exceção, sendo a concessionária uma das pioneiras na adoção deste tipo de solução. Sua instalação envolve uma série de questões técnicas e testes, razão pela qual sua implantação não é imediata. Na linha 5-Lilás, o cronograma prevê concluir-la no primeiro trimestre de 2026, data que pode ser antecipada conforme os resultados dos testes", afirma a ViaMobilidade.

O presidente da companhia, Francisco Pierrini, disse

em entrevista ao Brasil Urgente, da Band TV, que enquanto os sensores não forem instalados, serão implementadas barreiras físicas no interior das portas, com hastas de metal. "Com isso, qualquer objeto, qualquer pessoa, qualquer coisa que esteja ali, será detectado e a porta não fechará", afirmou.

**Sensores de presença** - A Linha 5-Lilás não tem sensores de presença entre as portas automáticas das plataformas e os trens, como já existe em plataformas da Linha 3-Vermelha, operada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô).

**PUBLICIDADE LEGAL**

**IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 51.218.147/0001-93 - NIRE nº 35.300.095.618  
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de Abril de 2025  
Data, Hora e Local: 17 de abril de 2025, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Angelina Maffei Vitta, 200 - 9º andar, CEP: 01455-070, São Paulo/SP. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verificou na assinatura no "Livre de Presença de Acionistas". Presentes também o Sr. Guido Barbosa de Oliveira, representante da administração da Companhia e o Sr. Ribeiro Gomes Simões, representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), auditor independente da Companhia. Mesa Diretora: Presidente: Flávia Maria Araújo Dini Braia Rosa; Secretária: Daniela Tieko Ishikawa Baptista. Publicações: As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como os demais documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, foram publicados em versão resumida no dia 07/03/2025, no Jornal "Diário de Notícias", no site da Companhia e na internet, e com divulgação simultânea dos demais documentos na página do mesmo jornal na internet, e com conformidade aos acionistas, na sede da Companhia e no site da CVM, em 18 de fevereiro de 2025, em conformidade com a referida Lei e com as normas da CVM aplicáveis. **Ordem do Dia e Deliberações:** Votação tomada as seguintes deliberações, pela única acionista da Companhia: **1) Exame, Discussão e Votação tomadas as seguintes deliberações e das Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2024:** For aprovada, com o voto da única acionista da Companhia, a seguir destituída: **2) Destinação do Líquido do Exercício Social encerrado em 31/12/2024:** For aprovada, com o voto da única acionista da Companhia, a seguinte destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2024, valor total de R\$ 370.600.966,41, sendo (a) R\$ 18.532.048,32 para a constituição de reserva legal e (b) R\$ 352.070.918,09 para a distribuição de dividendos, sendo que, neste valor, R\$ 88.017.729,52 corresponde ao dividendo mínimo obrigatório. **3) Aprovação da Remuneração Global dos Administradores:** Foi aprovada, com o voto da única acionista da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, para a remuneração global conjunta dos Administradores da Iguatemi S.A. e da Companhia para o exercício de 2025, o montante de R\$ 14.844.207,00 para o Conselho de Administração e R\$ 39.130.967,00 para a Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração individualizar tal montante, oferecendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se pronunciou, foram declaradas encerradas as Assembleias e lavrada a presente ata que representa a vontade dos presentes. **Assinaturas:** Mesa: Flávia Maria Araújo Dini Braia Rosa (Presidente); e Daniela Tieko Ishikawa Baptista (Secretária). Acionista: Iguatemi S.A. (p.p. Flávia Maria Araújo Dini Braia Rosa e Daniela Tieko Ishikawa Baptista). A presente é cópia fiel do termo lavrado em livro próprio. **Daniela Tieko Ishikawa Baptista - Secretária JUCESP nº 142.438/25-0 em 06/05/2025.** Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

